

SCHWARZ, Roberto et alli. *Nós que amávamos tanto O Capital: leituras de Marx no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2017.

Leonardo Octavio Belinelli de Brito

Nós que amávamos tanto O Capital reúne as intervenções feitas por Emir Sader, João Quartim de Moraes, José Arthur Giannotti e Roberto Schwarz no dia 22 de março de 2013, por ocasião do “IV Seminário Internacional Margem Esquerda: Marx e *O Capital*”. O mote das exposições foi a análise de algumas das leituras brasileiras de Marx. Portanto, é nesse registro que devemos compreender o livro.

Preliminarmente, cabe destacar que essas reflexões constituem documentos preciosos sobre o assunto, tendo em vista que os autores, além de intelectuais competentes na interpretação da tradição de Marx, também foram protagonistas da recepção do pensamento do autor de *O Capital* por aqui. Essa constatação já tornaria a leitura do livro de grande valia, mas existem outros motivos para tanto. Nesta resenha, vamos colocar nosso foco em apenas um deles: a relação entre marxismo e universidade, ocorrida em determinado período de nossa história recente.

Com efeito, o conjunto das argumentações dos autores forma um painel diversificado, no qual se cruzam memórias, interpretações e posições políticas distintas. Essa heterogeneidade, no entanto, guarda um ponto em comum, que pode nos servir na organização de nossa reflexão: de um modo ou de outro, todos os autores tomam como referência lógico-temporal os anos 1960, nos quais 1964 e 1968, por motivos sobejamente conhecidos, ocupam lugares destacados. Daí que se imponha uma reflexão sobre a ambivalente recepção de Marx

no período, a qual, simultaneamente, foi elevada a um grau de elaboração superior, devido à sua feição universitária, como também foi destacado instrumento para a elaboração de diagnósticos e posições políticas de resistência à ditadura inaugurada em 1964.

Como se trata de exposições de quatro autores muito diferentes entre si, essa coincidência se torna um ponto saliente que, ao mesmo tempo, aparece de formas variadas. Uma das formas que essa coincidência assume está na evocação avaliativa da importância dos estudos universitários a respeito de Marx levados a cabo por jovens professores e alunos que se puseram a lê-lo de maneira coletiva no contexto da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), tal como o fizeram o primeiro e o segundo seminário Marx. A própria composição da mesa que originou o livro aqui resenhado nos dirige nesse sentido, pois Schwarz participou dos dois seminários; Giannotti apenas do primeiro e Quartim de Moraes e Sader somente do segundo.

Em sentido similar, esse contorno ganha reforço logo na abertura do ensaio de Schwarz, momento em que esclarece que seu intuito é o de apresentar a forma de leitura adotada pelo conhecido Seminário Marx (1958-1964), que congregou alguns jovens professores e alunos. Entre eles, estavam José Arthur Giannotti, Ruth Cardoso, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Octavio Ianni, Roberto Schwarz, Michael Löwy, Bento Prado Júnior e outros menos frequentes. O intuito do grupo era ler Marx de forma acadêmica, longe dos oficialismos do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse objetivo traduziu-se na produção de teses de doutorado e de livre-docência que articulavam os resultados dos debates realizados nos seminários, tais como *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* e *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, de Cardoso, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, de Novais, *Ao vencedor as batatas*, de Schwarz. Segundo Schwarz (p.19-20), esse conjunto de teses teria em comum a atenção a um ponto normalmen-

te esquecido: o de que era preciso realizar uma operação intelectual para aclimatar o marxismo no Brasil, uma vez que o seu referencial histórico era o capitalismo inglês do século XIX. A exposição sucinta dessa argumentação é um dos pontos altos do livro, pois nela se combinam explicações teóricas e históricas.

A assimetria, identificada por Schwarz, entre as exigências do pensamento de Marx e o acanhado contexto intelectual nacional foi reduzida a partir do estudo sistemático, propiciado pelas instituições universitárias, das sutilezas próprias do pensamento do filósofo alemão e de sua tradição. Nesse sentido, se o marxismo emprestava certo dinamismo político à reflexão universitária, costumeiramente apegada à ideia de neutralidade nesse campo, por outro lado, ela mesma revigorava a força de um pensamento que passava por uma vulgarização sistemática.

A importância da sistematicidade universitária no estudo do marxismo apareceu na forma de ler *O Capital* e de organização do grupo. Quanto à leitura, adotou-se a técnica de explicação de texto da tradição francesa, vigente no curso de Filosofia da Universidade de São Paulo, cujas referências intelectuais eram, entre outros, Gilles-Gaston Granger, Victor Goldschmidt e Martial Guérault. Conhecedor delas, Giannotti foi alçado à liderança epistemológica do grupo. De maneira correlata, como observou o crítico literário, os jovens seminaristas buscavam valorizar as especialidades acadêmicas então em formação, como denotam as escolhas de filósofos, historiadores, sociólogos e economistas para compor o grupo.

Outro aspecto no qual a liberdade de espírito propiciada pela universidade e a sua busca pelo aprofundamento dos estudos coincidiram de maneira produtiva aparece naquilo que Schwarz chamou de “intuição nova do Brasil”. Que era ela? Os estudos de Marx desses seminaristas uspianos lograram tanto fugir do “localismo” epistemológico e teórico próprio do pensamento nacionalista predominante no período, como também escaparam

ao “cosmopolitismo” abstrato das fórmulas do Partido Comunista – as quais, em última instância, dispensavam o estudo da realidade local, pois forneciam, de antemão, a “solução” política para seus problemas. Assim, a busca por firmar a capacidade da dialética marxista no plano científico resultou no entendimento de que as mazelas locais tinham relação com a formação do país, a qual ocorreu no plano de expansão do mercado internacional acontecido na aurora da modernidade. “A distância entre a teoria do capitalismo e as relações peculiares de uma ex-colônia passava a ser encarada como parte significativa – política e culturalmente – da gravitação do presente mundial” (Schwarz, 2017, p.25). Talvez tenha faltado ao crítico mencionar que essa intuição, consubstanciada nos trabalhos acadêmicos de Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais e do próprio Schwarz, fundou toda uma tradição de pensamento que resultaria, no momento da redemocratização, na formação de dois dos principais partidos políticos do Brasil.

A interrupção das reuniões desse seminário se deveu ao golpe de 1964; da mesma forma, a formação de outro grupo, chamado pelo crítico literário de “Seminário II”, parcialmente inspirado no anterior, também parece ter sido motivada pelos acontecimentos políticos do período. Esse segundo grupo era composto pelo já mencionado Schwarz, Emilia Viotti da Costa, João Quartim de Moraes, Emir Sader, Sérgio Ferro, Marilena Chauí, Ruy Fausto, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Albertina Oliveira Costa, Claudio Vouga, Célia Quirino dos Santos, José Francisco Quirino dos Santos, Betty Milan, Lourdes Sola. “O segundo seminário [...] pertencia a um momento histórico diferente. Sob a pressão de 1964, o grupo de estudos acabou entrando para a luta social de maneira mais direta. Também aqui se estudava *O capital* em detalhe, mas o espírito era mais ativista, ou menos especulativo” (Schwarz, 2017, p.18). Tanto foi assim que alguns de seus membros, como Sérgio Ferro, entraram para a resistência armada. Um dos resultados desse

seminário foi a criação da revista *Têoria e Prática*, interrompida no seu 4º número pelas forças repressivas da ditadura.

Na intervenção de José Arthur Giannotti, encontramos também a valorização da experiência universitária. Os seus habituais leitores encontrarão, nessa intervenção, a retomada de questões já debatidas pelo professor de Filosofia da USP: a relação de Marx com Hegel, a formulação lógica presente em *O Capital*, a questão da necessidade (ou não) da ontologia do ser social etc. Mas esses temas, por assim dizer, “teóricos”, são formulados ou pensados a partir de uma demarcação temporal cujo centro definidor foram os estudos universitários de Marx. “A vulgata marxista impediu que lêssemos Marx como um clássico, isto é, como um texto de um filósofo que entra para o patrimônio da humanidade na medida em que suscita leituras que mudam visões e abrem caminho para ações” (Giannotti, 2017, p. 31). Esse, pois, parece ser o ponto central da reflexão histórica do filósofo paulista a respeito das leituras de Marx no Brasil: antes da leitura universitária, especializada em questões de método, o marxismo, dominado por leituras partidárias e assistemáticas, teria sido permeado por erros teóricos e, por consequência, políticos. Não é difícil perceber que, segundo essa argumentação, o rigor acadêmico aparece como possível solução para erros políticos, o que emprestaria novo fôlego e relevância à atividade intelectual. Vale notar, aliás, que essa relação, se já era presente no contexto dos anos 1960, é retomada explicitamente nos dias de hoje por Giannotti, para quem uma parte significativa da esquerda combateria o capitalismo como se estivesse no século passado.

Em chave quase oposta, João Quartim de Moraes busca valorizar a tradição comunista que precedeu os estudos universitários de Marx no Brasil. Por consequência, sua reflexão é a que faz o panorama histórico mais amplo a respeito da chegada da tradição marxista no país, com destaque para intelectuais pré-universitários, tais como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodrê, Alberto Passos Guimarães

e Jacob Gorender. Nesse sentido, a relação do autor com o marxismo universitário parece ambígua, pois, por um lado, reconhece o aprofundamento que ele trouxe ao pensamento local, mas, por outro lado, parece sugerir que se tratou de uma “experiência intelectual propriamente teórica” (Moraes, 2017, p. 43). É sintomático que o autor, logo adiante, reconheça, no entanto, que a “conotação política [do seminário] era indireta” (idem, *ibidem*).

Sem negar a pertinência da observação, cumpre notar que a ideia de uma “experiência intelectual propriamente teórica” não se coaduna bem com a ideia de que existe efeito político, ainda que “indireto” e fortalecido depois de 1964; se for assim, somos levados a concluir que não se tratava *apenas* de uma postura teorizante. Nesse sentido, essa passagem é bastante ilustrativa da tensão entre um momento de institucionalização universitária, com suas regras e características próprias, e um contexto político que exigia uma postura combativa dos intelectuais. Nessa problemática, o estudo de Marx ganhou nova moldura, uma vez que se trata de um intelectual de sofisticadíssimas raízes intelectuais, como a filosofia clássica alemã e a economia política moderna inglesa, as quais talvez só pudessem ser desvendadas por estudos acadêmicos pacientes. Entretanto, esse estudo teve como centro de sua atividade intelectual e política a busca da ação revolucionária, que nem sempre combina bem com o ritmo e com os problemas postos pela investigação de matriz científica. Marx não escreveu para acadêmicos, mas são eles que, habitualmente, dispõem do conjunto de ferramentas adequadas para compreendê-lo.

A exposição de Emir Sader é a que parece mais distante da linha argumentativa que estamos tentando estabelecer. Isso porque o autor se põe a discutir as crises econômicas e políticas surgidas a partir de 1970, década em que nasce a prática político-econômica neoliberal. Apesar disso, nela o autor recorda, como Schwarz, o que poderíamos chamar de “efeito multiplicador” dos seminários de estudos de Marx no

Brasil dos anos 1960. “Até o Seminário de *O capital*, tudo o que tínhamos para ler de Marx era ‘Salário, preço e lucro’ e ‘Trabalho assalariado e capital’, além, é claro do *Manifesto Comunista*. Por isso, participar do seminário representou um salto teórico enorme para todos nós, uma experiência fora de série” (Sader, 2017, p. 61-2). O autor também recorda a originalidade de sua dissertação de mestrado, *Estado e política em Marx*, produto de um momento em que reflexão e militância se conjugaram. Essa dissertação, recentemente republicada, constitui um dos primeiros estudos feitos sobre o pensamento político de Marx nas universidades brasileiras.

As memórias desses autores e atores indicam um caminho rico para a pesquisa da história das ideias marxistas no Brasil, pois tanto esclarecem alguns fatos como sugerem a importância de suas *especificidades*. Cabe destacar que a recepção de Marx no Brasil dos anos 1960 foi bastante diferente daquela ocorrida em outros países da América Latina. Como exemplo, basta citar a influência dominante do marxismo althusseriano no subcontinente daquele período, que discrepa do caso brasileiro. Não é à toa que Schwarz encerra sua intervenção recordando a investida crítica de Giannotti contra o autor de *Ler O Capital*, descrita em seus termos como uma “crítica radical e notável às teorias de Althusser, naquela época a maior referência internacional do marxismo. [...] o esforço de umas poucas pessoas associadas pelo estudo, em sintonia com o momento histórico, levava um filósofo municipal [...] a participar com força e representatividade da primeira linha do debate contemporâneo” (Schwarz, 2017, p. 26).

Por tudo que se assinalou nas páginas anteriores, torna-se fácil perceber o interesse do debate feito pelos autores, que, pelas sofisticadas intelectuais que lhes são próprias, lograram realizar reflexões articuladas acerca da história da recepção de Marx no Brasil e da atualidade de seu pensamento. Talvez tenha faltado às intervenções explorar os vínculos – a nosso ver, existentes – entre essas gerações que leram Marx nos anos 1960 e suas práticas políticas hodiernas. Esse realce demonstraria que, à sua maneira, as relações complexas que essas gerações estabeleceram entre marxismo, universidade e militância resultaram na vinculação entre *teoria e prática*, tão preconizada nessa tradição. Consequentemente, desmentiriam a tese de que a universidade neutralizaria o potencial político de Marx – embora caiba pensar, a cada momento histórico, qual seria esse potencial.

Ao longo do nosso texto, buscamos destacar como essas memórias denotam a relevância da universidade no aprofundamento do pensamento crítico brasileiro. Em um momento como o que vivemos, no qual se conjugam, entre outros fatores, instabilidade democrática e desafios às instituições educacionais públicas, essas recordações, que exploram um período no qual a resistência política aos desmandos dos poderosos se aliou à criatividade intelectual, assumem inegável atualidade e talvez nos sirvam de inspiração.

Recebido para publicação em 25 de maio 2017
Aceito em 17 de agosto de 2017

Leonardo Octavio Belinelli de Brito – Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo. Trabalha com temas relacionados ao pensamento político e social brasileiro e à teoria política. Publicou, junto com Rodrigo Gonçalves Santaella, o artigo “Notas teóricas sobre a ‘nacionalização’ do marxismo: os casos do Seminário d’O Capital e do grupo Comuna”. Outubro (São Paulo), n.28. 2017. belinelli.leonardo@gmail.com